

como citar

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Cotidiano selvagem. Arquitetura na Internationale Situationniste. *Arquitextos*, São Paulo, ano 03, n. 027.02, Vitruvius, ago. 2002
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/758>>.

“Todo mundo sabe que no princípio os situacionistas pretendiam, no mínimo, construir cidades, o entorno apropriado para o despertar ilimitado de novas paixões. Porém, como isso evidentemente não era fácil, nos vimos forçados a fazer muito mais” (Guy Debord) (2)

Talvez alguns de nós nunca tenhamos sabido sobre a Internacional Situacionista (3), outros talvez já tenham dela se esquecido, de tão remota sua impressão no mundo de hoje. Mas, com astúcia, aí vêm eles de novo. Nomes como Jorn, Debord, Constant e Gilles Ivain, ou facções como Internacional Lettrista e Movimento para uma Bauhaus Imaginista, vez por outra assinam citações em textos de teoria da arquitetura. Uma rápida pesquisa nos temas de periódicos publicados na década de 90 nos faz descobrir que uns tantos filósofos e arquitetos têm, pacientemente, investigado a vida daqueles rapazes no final dos anos 50 em Paris (4).

A tese situacionista – expressa no dito acima por um Debord sempre desafiador – da revolução do cotidiano em parte funda-se na idéia de uma experimentação radical dos lugares da cidade ou mesmo no desenho de uma arquitetura nova, que não transformasse a vida “em *happenings* e *performances*”, mas fizesse superar “a dicotomia entre momentos artísticos e momentos banais”. Entretanto, a crítica da vida cotidiana realizada na IS nunca resolveu sua ambiguidade fundamental. Espécie de zona de fronteira a que não se pode deixar de atravessar, o cotidiano mostra-se ora lugar de uma vida rica em experiências, ora lugar da escassez a que se deve opor a vida verdadeira. Como, então, reconstruí-lo a partir do conceito radical que advém dos escritos e obras de Debord e Lefebvre ou de Asger Jorn e Constant?

O argumento deste trabalho, concernente à teoria da arquitetura, detém-se na crítica situacionista do cotidiano para analisar em que medida a experiência da arquitetura esboçada na IS faz avançar a investigação filosófica no aspecto da recepção das obras. A posição conferida à arquitetura na IS ainda interroga-nos sobre a natureza da experiência que nos permite transformar a vida desenrolada no interior dos edifícios, nas estações, em *shopping centers* e parques. Ao afirmarmos que “não há algo como uma obra situacionista, mas apenas um uso situacionista da obra”, os situacionistas deixam-nos a pergunta pelo que de fato cabe à experiência da arquitetura, para além da distração, às vezes indiferente, às vezes apática, da vida metropolitana.

A idéia situacionista de uma vida à deriva deve ser investigada, quanto mais não seja, pela reação que provoca – e que vemos Debord descrever:

“E, todavia, fizeram-se por algum tempo a seguinte pergunta, que não deixa de ser graciosa: *não se podia ter apaziguado os situacionistas nos anos sessenta, mediante umas quantas reformas concebidas com lucidez, isto é, concedendo-lhes duas ou três cidades para construir, em vez de marginalizá-los e obrigar-lhes a introduzir no mundo a subversão mais perigosa que jamais existiu?*” (5)

I

Depois das publicações da *Internacional Lettriste* (6), em 1957 os situacionistas formavam seu grupo, e

em 1960 lançavam seu Manifesto Internacional no Instituto de Artes Contemporâneas de Londres. Entre 10 e 14 de maio de 1968 seus membros ergueram barricadas em Paris, e foram os controladores dos Comitês de Ocupação da Sorbonne. Derrotados na Assembléia Geral, uma semana mais tarde, vêem do exílio seu movimento extinguir-se, dali até 1972.

O nome da IS que ainda hoje se destaca é o de Guy Debord, principalmente por seu livro *A sociedade do espetáculo* que, publicado em 1967, tem significativa repercussão nos eventos de 1968, nos quais o próprio Debord participa ativamente. Associa-se freqüentemente à IS o nome do francês Henri Lefebvre, cuja adesão ao grupo se dá por um curto período em torno de 1961, mas que tem decisiva importância na elaboração das teses do movimento acerca da vida cotidiana. Lefebvre, filósofo e sociólogo, era desde os anos 20 um intelectual importante na cultura francesa. Marxista, publicara em 1946 sua Introdução à Crítica da Vida Cotidiana, onde escreve que “o marxismo, em seu conjunto, é, de fato, um conhecimento crítico da vida cotidiana” (7).

Lefebvre certamente inspirara ou ateia fogo às ações daqueles meninos numa Paris que começava a se transformar rapidamente, sob os efeitos da comunicação e da arquitetura de massas do Pós-guerra. De frases pintadas em muros de igrejas aos panfletos, em slogans como “construa pra você mesmo uma situaçãozinha sem futuro”, é que nasce o ímpeto situacionista de transformação do mundo cotidiano através da fusão de vida ordinária e arte. Imersos na realidade da metrópole em que viviam, diziam:

“Se a poesia está extinta nos livros, agora existe na *forma das cidades, está estampada nos rostos*. E não se deve buscá-la apenas onde está: é necessário construir a beleza das cidades, dos rostos: a nova beleza será de situação” (8).

A forma da reflexão pautada pela noção de acontecimento é a razão de que a arquitetura se ocupe com os situacionistas. Quando tomada como objeto e lugar da ação, a metrópole é considerada em sua atualidade, em seus modos de permitir habitar e as implicações desses na vida cotidiana dos usuários, espectadores e habitantes. Ao colocar em foco a realidade múltipla e distorcida da grande cidade, da qual não se pode escapar num mundo eminentemente urbano, os situacionistas fazem ver que a metrópole não é apenas um momento do habitar; mas, antes, é condição e possibilidade deste.

Tal reflexão voltada ao presente é relevante se pensarmos o quanto da arquitetura, pela própria natureza, compele a interpretações sobre a durabilidade e permanência dos edifícios. Fala-se na IS de um acontecimento privilegiado, encarnado numa experiência autêntica dos edifícios, mas não de uma autenticidade celebrada no discurso apologético da arte e arquiteturas do passado. Ao contrário, os situacionistas põem em xeque o experimentar atual dos espaços nos edifícios e nos lugares urbanos. Discursos de transformação e não de nostalgia, na Internacional Situacionista o desejo e a práxis revolucionária apontam para a busca sem garantias de uma autenticidade nunca antes realizada, cujo fundamento, porém, reside na crítica do mundo atual, moderno e capitalista, sejam quais forem suas dimensão e condição.

Ora, o Habitar é, por excelência, o tema das teorias da arquitetura vinculadas à fenomenologia, não raro originado na idéia do habitar heideggeriano (9), o que por vezes sobrecarrega as obras de um entendimento nem sempre bem sucedido da filosofia de Heidegger. Mas, ao contrário do que se tem depreendido de algumas dessas interpretações, que reputam a um passado idílico a perfeição do lugar em que se habita, não há, nos situacionistas, sequer a perspectiva de evasão do presente, pois que é inevitável pensar a vida urbana em sua atualidade, criticando seus emergentes mecanismos de controle, então preconizados nas teorias urbanísticas do chamado Funcionalismo (10). Contra o urbanismo, que diziam ser

“(…) a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário. (...) O urbanismo, como glaciação visível da vida, pode se expressar como a predominância absoluta da *pacífica coexistência do espaço sobre o inquieto devir na sucessão do tempo*” (11).

contrapunham formas de apropriação e alteração dos espaços, pretensão de resto exposta já nos slogans dos anos 50. A revolução do cotidiano da cidade somente é possível através da consideração do lugar urbano para além da sua configuração, ou seja, nas situações de uso que comporta. Tomar posse dos lugares implica explorá-los, pois toda orientação só é possível num mundo já conhecido. Essa é a lógica da *deriva*, o procedimento situacionista de reconhecimento de um lugar urbano, que consistia em andar apressadamente por ambiências diversas, deixando-se levar pelas solicitações que a própria paisagem faz, a esmo, vagabundeando. Resultando em mapas individuais de cada cidade, a deriva fazia-se em jornadas, entre o nascer e o pôr do sol, em meio à aglomeração urbana, onde o caminhante escolhia seus encontros e direções de modo a aumentar o seu conhecimento do lugar (12).

A deriva fundamentou a hipótese de uma estrutura para a cidade situacionista, Nova Babilônia, descrita e desenhada por Constant (13). Nova Babilônia é uma cidade nômade, feita de habitações temporárias, permanentemente remodelada pelo vagar de seus habitantes, onde

“pode-se vagar durante um longo tempo pelo interior dos setores unidos entre si, entregar-se à aventura que nos oferece esse labirinto ilimitado. A circulação rápida no solo, os helicópteros por cima dos terraços cobrem grandes distâncias e permitem a mudança espontânea de lugar” (14).

O habitante babilônico precisava empenhar-se na construção de suas situações, deambulando continuamente, de modo a alterar seu ambiente material. Para os situacionistas tratava-se de resistir ao hábito, imprimindo ao ritmo de todo-o-dia o enebriamento e o envolvimento de um jogo, em última instância o jogo que a obra de arte exige para sua compreensão. Nova Babilônia

“é um labirinto sem medida, imensurável. Todo espaço é temporário, nada é reconhecível, tudo é descoberto, todas as coisas mudam, nada serve como um monumento ou marco urbano” (15).

É nesta *situação de jogo* que deve verter-se o cotidiano enquanto possibilidade de superar o espetáculo e escapar à repetição das imagens, pelo que permitiria tomar posse dos lugares, reagindo

“àquela configuração de mundo em que a realidade torna-se imagem e toda sociedade vive de olhar para imagens de outros que vivem ao seu redor. Onde os indivíduos são obrigados a contemplar e assumir passivamente as imagens de tudo que lhes falta em sua existência real. Absoluta abstração do mundo, o espetáculo tem sua melhor forma na propaganda e no consumo do divertimento” (16).

Se o cotidiano instala-se como *ambiente de jogo*, desdobra-se tal como a arte, ou seja, pela solicitação dos sentidos que conduz ao prazer ou ao horror, mas jamais à acomodação burocratizada ou à complacência indiferente. O habitante da cidade situacionista é aquele que aprende a explorar formas de vida radicalmente alheias ao capitalismo vigente, espécie de *homo ludens* que não se desintegra em *homo faber*, esse usuário contumaz do turismo administrado.

II

A concepção de cidade situacionista designa uma nova ambiência reconstruída pela revolução no comportamento de seus habitantes. *Construir para si mesmo uma situação* implica justapor domínio territorial e escolhas de caminhos, passagens e atalhos que sua imaginação te levou a tomar. Ora, não

mais se trata de definir a arquitetura por sua forma, mas sim pelos “gestos que o espaço contém”. Aos arquitetos, os situacionistas diziam que somente essa extensão geográfica, sem centro ou periferia, chamada metrópole era capaz de fornecer à arquitetura seu material – não mais forma que comove, mas situações que impressionam e movem o habitante.

Contudo, não há uma intenção prescritiva no pensamento situacionista. Aquele usuário que faz a experiência radical da cidade não pode ser concebido como uma personagem. Pelo contrário, os habitantes situacionistas são os andarilhos a que já nos habituamos ver, sem mais incomodar. Esses caminhantes – os mendigos, os boêmios, o que restou dos ciganos – são as pessoas que nos podem falar sobre a cidade, pois somente elas vivem todo dia a experiência de distanciar-se do caminho, subtrair-se ou adaptar-se a uma nova situação. De certo modo, os situacionistas já nos falavam do sem-teto ou do sem-terra, esse outro *flanêur*, ainda mais desencantado.

O legado situacionista à teoria da arquitetura é complexo o suficiente para fazer suspeitar de uma aporia. Dali em diante, deixava de ser uma opção dos arquitetos controlar ou prever os efeitos de sua obra, uma vez que o espectador convertia-se em criador do lugar. Ora, como resultado da especulação situacionista, *cai por terra a figura do arquiteto planejador*. Mas no que se convertera a criação arquitetônica, se *nada restaria senão guardar a incompletude das obras? O que concebe o arquiteto?*

A despeito do *vacuum* metodológico de sua teoria arquitetônica, a IS faz voltar a atenção para algo além dos espaços exclusivamente determinados pelo bom funcionamento, destinados ao conforto e apaziguamento dos ânimos. A radicalidade do uso situacionista de lugares urbanos revela-se naqueles lugares esquecidos, lugares não planejados ou degradados, como o são suas sugestões de passeios de metrô na madrugada, andanças pelos parques urbanos no meio da noite ou idéias como a de colocar interruptores de luz nos postes para dar à população o verdadeiro controle da iluminação pública.

A hipótese de tomar a vida cotidiana como instância em que a arquitetura se realiza, para nela instalar o estranhamento, mesmo que jamais levada a termo pelos situacionistas, é o que, a meu ver, permanece como tarefa para a arquitetura contemporânea. O estranhamento possível refere-se a pensar a vida cotidiana como lugar da crítica e da intervenção, ainda que minúsculas – “uma situaçãozinha qualquer sem futuro”. Para a arquitetura isso talvez signifique esquecer a grandiloquência e estabelecer com o usuário um novo diálogo, em que a finalidade da obra seja a mudança permanente dos horizontes de expectativa de quem a habita. Passaríamos a discutir, então, o que seria essa *recepção ativa* dos espaços arquitetônicos, na qual a identificação da obra faz-se pelo comportamento do usuário, nunca pela decodificação de imagens. Ou, por outra, a produção arquitetônica não se faria sem compreender a dialética existente entre o reconhecimento de que a obra enraíza-se num contexto histórico-cultural familiar e o choque da obra nova, aquela que deixa frestas, permitindo a indeterminação do uso – os vazios, os contrastes, as descontinuidades, segmentações e montagens.

Tal nos parece ser a única perspectiva ajustada à forma da experiência arquitetônica contida na definição situacionista de um cotidiano jamais domesticado.

notas

1

Artigo originalmente publicado em DUARTE, R.; FIGUEIREDO, V.; FREITAS, V.; KANGUSSU, I. (org.) *Kátharsis: reflexos de um conceito estético*. Belo Horizonte: C/arte, 2002, p. 303-309.

2

DEBORD, Guy. *A arquitetura selvagem*, Prefácio a GRIBAUDO, E.; SALA, A. *Jorn / Le jardin d’Albisola*,

1972, i. Cf. a íntegra do texto em www.psycogeography.co.uk/on_wild_architecture.

3

A Europa dos anos 50 assistia à formação de pequenos grupos voltados à discussão das artes plásticas, literatura e cinema, ainda ecoando os procedimentos das Vanguardas dos anos 10 e 20. No verão parisiense de 1950, 12 jovens (11 homens e uma mulher), alguns franceses, outros estrangeiros vindos de lugares diversos – norte da África, Bélgica, Holanda, Rússia – reuniam-se em bares à margem esquerda do Sena e perambulavam pela cidade à noite; àquela altura, todos têm em torno de 20 anos. Formaram um grupo, denominado Internacional Lettrista, que publica revistas mimeografadas de 2 ou 3 páginas onde discutem teses revolucionárias para as artes e estratégias para invadir prédios abandonados. A Internationale Situationniste nasceu da improvável convergência da Internationale Lettriste e alguns desses grupos: COBRA, na Holanda, cujo tema eram as artes plásticas; MIBI, Movimento Internacional para uma Bauhaus Imaginária, fundado em 1955 pelo arquiteto holandês Asger Jorn; e o Comitê Psico-geográfico de Londres, movimento inglês para reforma da geografia urbana.

4

O público brasileiro tem à sua disposição, desde 1993, a primeira publicação em língua portuguesa de/ sobre textos dos situacionistas. Trata-se da Revista Ócullum, número 4, de 1993, com traduções de Carlos Roberto Monteiro de Andrade. É uma edição crítica, com excelente ensaio introdutório de Carlos Roberto Monteiro de Andrade. De lá pra cá cresce o número de títulos no Brasil: hoje já contamos com a publicação de Situacionista, teoria e prática da revolução, pela coleção Baderna, da Editora Conrad Livros, de 2002. Da mesma coleção é a coletânea de textos de Stewart Home, intitulada Assalto à cultura, utopia subversão guerrilha na (anti) arte do século XX, de 1999. Além do importante texto de Anselm Jappe, Guy Debord, publicado pela Editora Vozes em 1999. A tradução de Guy DEBORD, A sociedade do Espetáculo, saiu pela Editora Contraponto, em 1997.

5

Debord, Op. Cit., ii.

6

Internationale Lettriste, 4 números, com 3 páginas (1952-1954); Potlatch, 29 números, (1954-1957).

7

LEFEBVRE, Henri. Critique de la vie quotidienne, Introdução, XI, 1946.

8

Jappe, Anselm. Guy Debord. São Paulo, Vozes, p. 82, 1999.

9

A formulação do conceito de Habitar comparece nas arquiteturas do Neo-Racionalismo Italiano desde Ernesto Nathan Rogers, até Giulio Argan e Vittorio Gregotti, estudiosos de Bachelard e também de Heidegger, no caso de Gregotti. Contudo, a difusão do tema dentre os arquitetos dá-se com a obra de Christian Norberg-Schulz, cujo primeiro texto sobre Heidegger e arquitetura data de 1976. O arquiteto norueguês vinha escrevendo, desde 1969 (Intenções em Arquitetura, 1969; Existência, Espaço e Arquitetura, 1971) uma teoria cuja ordem formal conjuga linguística e psicologia da percepção. As injunções dessa teoria parecem levá-lo a encontrar no pensamento heideggeriano expresso em *Bauen, Wohnen und Denken* a chave interpretativa para o espaço como dimensão da existência, para além das dimensões exclusivas do pensamento ou da percepção (*Genius loci: towards a phenomenology of architecture*, 1979; *Heidegger's thinking on architecture*, 1983; *The concept of dwelling*, 1985). Norberg-Schulz propõe que se identifique e interprete os lugares por meios de suas estruturas, na verdade esquemas topológicos, que corresponderiam a níveis do espaço existencial. A dificuldade de sua

teoria está na leitura de Heidegger, de onde resulta que uma configuração plena de tal espaço existencial – passível de ser desvendado numa estrutura clara – realizou-se apenas na arquitetura do passado, cuja forma forte identificar-se-ia a sistemas de valores, sendo deles necessariamente símbolo e expressão. A concordar com esse raciocínio, a arquitetura atual precisaria reproduzir tais estruturas para conformar-se como espaço existencial, o que gera uma contradição: se a existência desenrola-se em condições de dispersão, movimento e volatilidade, ao se produzir uma arquitetura que celebre a fixidez e a imutabilidade do símbolo faz-se uma arquitetura para a existência passada. A nostalgia de uma forma expressiva de valores sólidos leva a arquitetura de Schulz a um sério impasse: como a boa arquitetura ficara para trás, aos dias de hoje restou enaltecer linguagens formais de um e outro arquiteto como portadoras de uma qualidade supostamente heideggeriana: o enleio e a rememoração de épocas perdidas. Mais recentemente, desde meados da década de 80, Norberg-Schulz tem sido fortemente contestado por arquitetos de formações filosóficas diversas e estudiosos de Heidegger, o que faz com que desenhem-se para a teoria fenomenológica da arquitetura outros contornos. São exemplares, nesse sentido, os escritos de arquitetos como Dalibor Vesely, Francesco Dal Co e Alberto Pérez-Gómez, ou críticos como Clive Dilnot e Karsten Harries.

10

O alvo dessa crítica é, principalmente, a concepção de cidade de Le Corbusier, amplamente divulgada na França e no cenário internacional àquela altura.

11

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 111-113.

12

A teoria da deriva, de 1958, é de autoria de Guy Debord, originada da concepção de urbanismo psico-geográfico. O termo deriva vem do vocabulário náutico e militar, designando um tipo de “ação calculada determinada pela ausência de um locus próprio”. Cf. SADLER, S. The situationist city, Cambridge, MIT Press, 1996, p. 81; e JAPPE, op. cit., p. 83. Para a íntegra do texto de Debord e demais textos do movimento, cf. KNABB, K. Bureau of public secrets: situationist international anthology, em www.slip.net/~knabb/SI/contents.htm.

13

Constant (Nieuwenhuys), é o arquiteto holandês que concebe, a partir de 1956, a cidade situacionista em escritos, desenhos e maquetes. Expulso do grupo por Debord em 1960, Constant continuaria a modelá-la, até publicar em 1974 o texto denominado New Babylon. O nome Nova Babilônia é de 1958: Babilônia, a parábola da cidade moderna abandonada por Deus.

14

CONSTANT, New Babylon, in: ANDREOTTI, L. e XAVIER COSTA, eds. Teoria de la deriva y otros textos situacionistas sobre la ciudad. Barcelona, 1996, p. 154-170.

15

SADLER, S. Op. Cit., 143.

16

JAPPE, A. Op. Cit., 103 e ss.

sobre o autor Rita de Cássia Lucena Velloso é arquiteta, professora titular de Teoria e História da Arquitetura do Centro Universitário FUMEC, professora assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, mestre e doutoranda em Filosofia pela UFMG